

GADO, “SOJANIZAÇÃO” E MUDANÇA CLIMÁTICA

A REVOLUÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA

O BRASIL, a oitava economia do mundo, tornou-se uma potência agrícola. É líder mundial em exportações de carne bovina e vitela, com 25 por cento do mercado global, fornecendo ao mundo mais do que a Austrália e a Índia (o segundo e o terceiro maiores exportadores de carne bovina) combinadas. Cerca de 100 países importam carne bovina fresca e congelada do Brasil.

Comércio e Demanda Global

Em 2003, o Brasil ultrapassou os Estados Unidos e tornou-se o maior exportador de carne de frango do mundo, respondendo por mais de 40 por cento do mercado global. É também o quarto maior exportador mundial de carne suína. A soja é outro setor muito lucrativo. O Brasil é hoje o segundo maior exportador mundial de soja, um componente chave na alimentação da população mundial crescente de frangos, suínos, bovinos e outros animais criados para carne, leite e ovos, em especial os bilhões criados nos sistemas intensivos de confinamento da pecuária industrial.

Em 2009, o comércio de grãos, farelo e óleo de soja renderam \$17 bilhões para o Brasil, ganhos estes que praticamente quintuplicaram em uma década. A safra de soja do Brasil de 2010 (aproximadamente 68 milhões de toneladas) é a maior da história. A China é a maior compradora da soja brasileira; a União Europeia (UE) é outro mercado significativo.

Gado, Floresta e Clima

Para acompanhar a demanda internacional, assim como o aumento do consumo interno de produtos de origem animal, o setor de pecuária brasileiro cresceu em quantidade de animais, instalações de produção, e capacidade de processamento e de transporte. Mas isso tem um custo ecológico considerável, inclusive para a Floresta Amazônica e para o Cerrado, a savana com maior biodiversidade no mundo. O Brasil é o quarto maior emissor de gases responsáveis pelo efeito estufa (GEE). O desmatamento e outras mudanças no uso do solo para a criação, produção e transporte de animais e grãos são responsáveis por 75 por cento dos GEEs do Brasil.

De acordo com pesquisas recentes, metade das emissões de GEE do Brasil entre 2003 e 2008 veio exclusivamente do setor pecuário. A busca de novas



pastagens para o gado é a principal causa do desmatamento na Amazônia. Em 2007, cerca de 74 milhões de bovinos, ou 40 por cento do rebanho brasileiro, viviam na região da Amazônia Legal.

Antes da cúpula sobre mudança climática da ONU de 2009, o governo brasileiro assumiu o compromisso de reduzir as emissões de GEE do Brasil em 40 por cento dos níveis projetados até 2020. Metade dos cortes nos GEEs viria da redução do desmatamento, e a outra metade dos setores industrial e agropecuário. Mas o governo brasileiro também estabeleceu uma outra meta: dobrar o tamanho do seu rebanho bovino até 2018.

Soja e o Cerrado

A Amazônia e o Cerrado também são centros de cultivo de soja em escala industrial e grandes áreas de floresta amazônica ou cerrados estão hoje ocupadas por um mosaico de imensos campos de bordas retas, plantados com soja a perder de vista. Quase um milhão de quilômetros quadrados de Cerrado, (o que constitui quase metade do bioma) foi desmatado e agora serve como pastagem de gado ou campo de cultivo de soja, milho (outro importante ingrediente na ração animal) ou de cana, para produção de etanol.

Por um lado, a moratória sobre a compra de soja cultivada em áreas desmatadas da Amazônia depois de 2006 parece estar sendo respeitada; por outro, ela aumentou a pressão sobre o Cerrado. Acrescente-se a isto o fato de que há 40 milhões de bovinos pastando no Cerrado—e grande parte da pastagem da região foi degradada.

Consolidação e Aumento do Consumo

O controle sobre a produção de gado e ração, está, em grande parte, concentrado em um pequeno número de agroindústrias poderosas, tanto brasileiras quanto multinacionais (estas

incluem JBS-Bertin, a maior produtora de carne e couro do mundo; Cargill, Bunge, Louis Dreyfus, Tyson, e outros), e grandes latifundiários. A ocupação de terras para gado ou plantio de soja no Brasil frequentemente está associada a conflitos, alguns letais, que antagonizam latifundiários e pequenos proprietários rurais e os defensores da reforma agrária.

Mais de 100 milhões de frangos de corte são produzidos no Brasil a cada semana—mais de 5 bilhões por ano. O Brasil exporta frango para 150 países, sendo a Arábia Saudita, a União Européia, Hong Kong (China), Japão e os Emirados Árabes os maiores importadores.

Ao mesmo tempo em que prosperam as exportações brasileiras de carne e soja, aumenta o consumo interno de carne, leite e ovos. Assim como a economia brasileira cresceu, expandiu-se também sua classe média, que atualmente corresponde a 50 por cento da população do país. Isto, combinado com a urbanização e políticas de combate à pobreza, contribuiu para um aumento de 12 por cento no consumo de carne per capita entre 1997 e 2007. O suprimento regular de produtos animais para o mercado doméstico também sustenta uma cultura crescente de fast-food. A cada dia, 1,6 milhão de brasileiros comem em McDonald's.

Impactos Sociais e nos Meios de Vida da População

O intenso direcionamento brasileiro para a pecuária tem marginalizado tanto pequenos agricultores quanto comunidades indígenas. Sem competitividade, muitos produtores e trabalhadores rurais migraram para centros urbanos. Alguns se tornaram “integrados”, ou seja, trabalham sob contrato para grandes conglomerados, enquanto alguns se deslocam para fronteiras agrícolas mais remotas, impulsionando novos focos de desmatamento.

A redução na cobertura florestal e mudanças resultantes em padrões hídricos no centro e sudoeste da Amazônia têm impactado comunidades indígenas como as dos Kamayurá, que já não contam mais com a colheita regular de mandioca ou com a pesca, dado que os estoques de peixe têm colapsado devido a temperaturas crescentes e poluição das águas.

Caminhos para o Crescimento Sustentável

O Brasil é uma superpotência econômica emergente, com a confiança e os recursos para a determinação de um novo modelo para o seu desenvolvimento. Uma indicação de que os brasileiros podem estar sedentos por um novo paradigma foi o surpreendente desempenho nas eleições presidenciais de Marina da Silva, a candidata do Partido Verde e ex-ministra do Meio Ambiente, com quase 20 por cento dos votos no primeiro turno de votação na eleição presidencial de 2010.

Rubens Ricúpero, ex-ministro do Meio Ambiente e da Fazenda, que também liderou a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), imagina o Brasil como uma futura “potência ambiental”. Tal direção teria por base confiar menos na extração de recursos e mais firmemente em estratégias de restauração e regeneração.

- O governo brasileiro deve abraçar como prioridade-chave a redução de emissão de gases de efeito estufa advindos do setor pecuário e do desmatamento, da degradação de solo e de incêndios associados a este setor. Isto traria inúmeros benefícios, notadamente a destituição da pecuária de grande escala como a estratégia de escolha para o crescimento e a promoção da expansão de ofertas de empregos em outros setores, incluindo o reflorestamento para seqüestro de carbono. Mercados de carbono emergentes e créditos

para a proteção das florestas (como o Fundo Amazônia) poderiam ser utilizados estrategicamente para propiciar o acesso a recursos e a sustentação do seu fluxo.

- É importante que o governo altere os incentivos existentes de modo que a queima de áreas de vegetação deixe de ter uma relação custo /benefício melhor do que a reutilização ou restauração de terras já desmatadas. Novos programas de treinamento e assistência técnica para a administração, uso e conservação de

solos devem ser estabelecidos, ao lado de legislação cuja aplicação seja garantida.

- As externalidades da agricultura industrial devem ser plenamente contabilizadas, orçadas e custeadas pelos produtores, incluindo-se aí os custos da degradação de terras e perda de áreas de floresta. A criação de certificações para alimentos e commodities baseados em critérios ambientais, climáticos, trabalhistas e éticos deve ser encorajada e sua adoção ampla deve ser apoiada por políticas governamentais, como práticas de compra institucional e de exportação.

- As ONG's brasileiras—reunindo iniciativas de conservação, climáticas, de desenvolvimento, de segurança alimentar, de pequenos produtores rurais, de alimentação sustentável e de bem-estar animal, dentre outros—devem iniciar um diálogo nacional sobre a agricultura industrial e suas alternativas. Esses grupos também podem contribuir com campanhas para a conscientização do público e voltadas para pressionar corporações por mudanças em suas práticas. ■

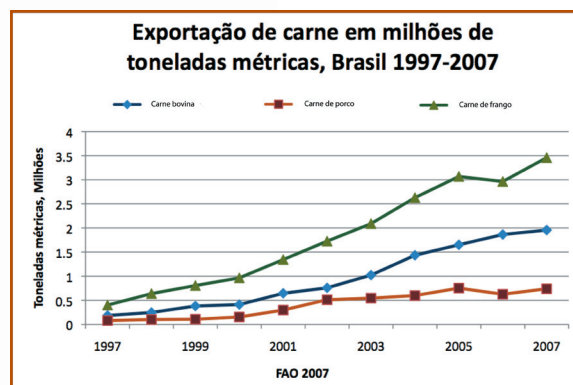


Foto cortesia de Leonardo F. Freitas, Flickr

Este é um resumo do relatório de políticas públicas do Brighter Green, *Gado, Sojanização e Mudança Climática: a Revolução Agrícola Brasileira* (PDF), de Mia McDonald e Justine Simon, uma publicação que faz parte da coleção Políticas alimentares e equidade da Brighter Green. Outros relatórios da série sobre mudança climática e pecuária industrial focados na China, Etiópia, e Índia, além de de curtos documentários para cada e recursos adicionais sobre a globalização da pecuária industrial estão presentes no website da Brighter Green: www.brightergreen.org